

UNIDADE DIDÁTICA XVI – BRASIL: A SEGUNDA REPÚBLICA (1945-1964)

1. A REDEMOCRATIZAÇÃO E O GOVERNO DUTRA (1946-1951)

Em maio de 1945, surge o “queremismo”, que foi um movimento político com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. A expressão se originou do *slogan* utilizado pelo movimento: "Queremos Getúlio". Significava o adiamento das eleições presidenciais, com o lançamento da candidatura de Vargas, e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

No final do mês de outubro, quando Vargas tentou substituir o Chefe de Polícia do Distrito Federal, colocando no lugar seu irmão Benjamin Vargas, isso foi interpretado como preparação para sua continuidade no poder. Logo, o alto-comando do Exército, tendo à frente o Ministro da Guerra, general Góes Monteiro, depôs Vargas da Presidência.

Com o fim do governo de Getúlio Vargas (1945), os militares e a oposição liberal começaram a organizar a transição para um período democrático. Os dois candidatos à presidência concordaram com a indicação de José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal, para ocupar o cargo de presidente até as próximas eleições. O calendário eleitoral não foi alterado e as eleições aconteceriam em 2 de dezembro daquele mesmo ano. Enquanto isso, novos interventores foram nomeados para os Estados, e alguns Prefeitos foram substituídos.

Apesar de estar saindo do governo, Vargas ainda possuía muita força. Poucos dias antes da eleição, em 28 de novembro, Getúlio veio a público declarar apoio à candidatura do general Dutra. Mas seu apoio era condicionado pelo cumprimento das promessas de campanha, caso contrário ele se voltaria contra o presidente, ao lado do povo. Na verdade Getúlio foi um dos grandes vencedores da eleição de 1945. O apoio a Dutra rendeu uma vitória que surpreendeu a oposição. Além disso, o próprio Getúlio foi eleito Senador por dois Estados, Rio Grande do Sul e São Paulo, e deputado em sete. A legenda do PSD e do PTB ganhou força, e Getúlio acabou assumindo a cadeira de senador pelo PSD do Rio Grande do Sul.

O novo presidente, Dutra, tomou posse no final de janeiro de 1946 e começou imediatamente os trabalhos para a instituição da constituinte. Muito debate foi causado por essa empreitada política que chegou ao fim em 18 de setembro, quando foi promulgada a nova Constituição.

Sem dúvida, a Constituição se afastava da Carta de 1937, optando pelo figurino liberal-democrático. Em alguns pontos, entretanto, abria caminho para a continuidade do modelo corporativo. O Brasil foi definido como uma República Federativa, estabelecendo-se as atribuições da União, Estado e municípios. Fixaram-se também as atribuições dos três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O Poder Executivo seria exercido pelo presidente da República, eleito por voto direto e secreto para um período de cinco anos. (FAUSTO, 2003:399)

O governo Dutra se caracterizou pela política liberal na economia. Aos poucos as marcas do Estado Novo iam desaparecendo, junto com a política de intervenção estatal. A crença no livre mercado e na livre importação de bens figurava na época como a solução para o problema da inflação crescente, gerada no período da guerra, e para a promoção de desenvolvimento no país.

O ponto alto de seu governo [Dutra] residiu na implantação, após maio de 1947, do Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), do qual emergiu a Campanha de Alfabetização de Adultos e a Campanha do Trigo. Dele também saiu o projeto para o nascimento do Ministério da Saúde (criado no governo seguinte) e a campanha de erradicação da malária. (FROTA, 2000:667)

Dutra aproximou-se dos setores conservadores. Não se furtou a receber o apoio da UDN através do chamado Acordo Interpartidário, o que acarretou a marginalização de Vargas e do PTB, que acabaram por romper com o presidente. Seu governo foi marcado por uma política econômica liberal, com rápido esgotamento das reservas cambiais acumuladas durante a guerra e uma severa política de arrocho salarial. Afastou o país do bloco socialista do leste europeu. Deve-se a Dutra boa parte da influência dos Estados Unidos sobre o Brasil nas décadas seguintes. De caráter desenvolvimentista, Eurico Dutra deu prioridade a quatro áreas: Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (cujas iniciais formam a sigla SALTE). Os recursos para a execução do Plano SALTE seriam provenientes da Receita Federal e de empréstimos externos. Entretanto, a resistência da coalizão conservadora e a ortodoxia da equipe econômica acabaram por inviabilizar o plano, que praticamente não saiu do papel.

O governo de Dutra iniciou a ligação rodoviária do Rio de Janeiro a São Paulo pela estrada que hoje é conhecida como Rodovia Presidente Dutra, uma das mais importantes do país. Foi durante sua gestão na Presidência da República que surgiram o Conselho Nacional de Economia, as Comissões de Planejamento Regional e o Tribunal Federal de Recursos. Em seu governo foi elaborado o Estatuto

do Petróleo, a partir do qual teve início a construção das primeiras refinarias e a aquisição dos primeiros navios petroleiros. A administração Dutra pôs em construção a Hidrelétrica de Paulo Afonso.

2. OS PARTIDOS POLÍTICOS

As eleições para a Câmara e Senado revelaram o novo panorama partidário da Segunda República. Na verdade, ficaram demonstradas nessas eleições a força das relações pessoais e clientelistas na política nacional. A verdade é que os arranjos políticos construídos no período ditatorial ainda eram definidores dos apoios ao longo do território. O grande eleitorado, maioria de pessoas de instrução rudimentar, votava de acordo com suas relações mais próximas. A questão *liberalismo versus o estado-novismo* significava quase nada para o eleitorado.

O PSD afirmou-se como o maior partido, garantindo ampla maioria das cadeiras, tanto no Senado, quanto na Câmara. Em segundo lugar ficou a UDN, partido de orientação liberal.

O PCB continuou figurando na política nacional de forma conturbada. Em maio de 1947 dois deputados do PTB fizeram uma denúncia no Superior Tribunal Federal contra o Partido Comunista. Ela se baseava num trecho da Constituição que vedava a existência de qualquer partido político cujo programa ou ação contrariassem o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem. A decisão de cassar o partido não foi unânime, na verdade somente um voto (três a dois) decidiu a votação.

Nesse processo, em 1947, o Congresso votou a lei 1.841, colocando o Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade, sob a alegação de que o PCB servia aos interesses da União Soviética - com a qual o Brasil rompeu relações diplomáticas em 1948. Em janeiro de 1948, o PCB estava de volta à clandestinidade: uma lei determinava a cassação dos mandatos de deputados, vereadores e senadores eleitos pelo partido.

3. O SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951-1954)

A disputa eleitoral que seguiu o governo Dutra colocou em disputa um discurso desenvolvimentista, que dava à industrialização uma posição central, e outro, que via na abertura ao capital estrangeiro o caminho a ser seguido. Getúlio Vargas acabou derrotando seus opositores com o discurso da necessidade da industrialização e de ampliação da legislação trabalhista. Getúlio teve apoio de três partidos, o PTB, o PSP, e também de uma parte do PSD. A posse aconteceu em 31 de janeiro de 1951, não sem a tentativa da UDN (partido da oposição à Vargas) de impugnar os resultados da eleição. A UDN defendia que o eleito deveria ter 50% mais um dos votos, mas isso não estava previsto na legislação da época.

O antigo e experimentado político tomou posse (...) em meio a uma grande euforia popular, juntamente com seu vice, João Café Filho, do Rio Grande do Norte. Era, porém, um homem mudado, mais velho, beirando os 70 anos, retraído, amargurado, mas, ainda, um grande homem público; contudo, seus correligionários estavam desejando revanche do golpe de 45 que os apeara do poder. Governo constitucional, diverso dos anteriores que exercera, Vargas teve de conviver com os partidos políticos e, em especial, com o PSD que lhe havia garantido a vitória, e com o PTB, ao qual estava ligado. (FROTA, 2000:669,670)

O governo Vargas tentou desde o começo atrair diferentes setores sociais. Para atrair a UDN montou um governo de feição conservadora. A maioria dos ministérios foi ocupada por representantes do PSD, aliado mais à direita do governo. Mas não eram somente os conservadores que compunham os ministérios. Para o posto de Ministro da Guerra, o escolhido foi um antigo tenente da corrente nacionalista e presidente do Clube Militar, o general Estillac Leal. As Forças Armadas apoiaram a posse de Getúlio.

A oposição entre nacionalistas e liberais se concentrava no conflito entre, de um lado, a ideia de que era necessário criar um desenvolvimento baseado na industrialização, tornando o país cada vez mais autônomo em relação ao sistema capitalista internacional. Por outro lado, em uma controlada abertura dos mercados nacionais ao capital estrangeiro e à intervenção estatal mínima. Esta oposição de ideias, entretanto, não significava a recusa dos nacionalistas em aceitar financiamento estrangeiro. Apesar de verem o investimento estrangeiro como possível ameaça à soberania nacional, o papel regulador do Estado no

desenvolvimento dos setores estratégicos dos transportes, petróleo, comunicação e siderurgia necessitou do capital internacional.

Desta maneira, o início da década de 50 foi marcado pelos investimentos públicos no setor energético e de transporte, utilizando a abertura de um crédito externo de quinhentos milhões de dólares para desenvolver a economia industrial nacional.

Desde 1949 ocorria, também, um grande investimento para o desenvolvimento das Forças Armadas. Esse desenvolvimento tinha como finalidade a criação de uma intelectualidade militar capaz de planejar e dirigir a segurança nacional. Essa política foi viabilizada pela organização da Escola Superior de Guerra – ESG, que teve, em 1949, assistência de conselheiros franceses e norte-americanos na sua fundação, sendo que estes últimos permaneceram no país até 1960. O principal organizador da ESG foi o General Golbery do Couto e Silva, que contribuiu para a capilaridade das ideias ali formuladas, não só entre militares, mas também entre civis. A ESG passava a formular, juntamente com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES – e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, o projeto político de combate à subversão da ordem e de garantia do modelo de desenvolvimento econômico proposto pelo governo e apoiado pelos militares.

Getúlio teve um governo tumultuado devido a medidas administrativas que tomou e devido às acusações de corrupção que atingiram seu governo. Um polêmico reajuste do salário mínimo, em 100%, ocasionou, em fevereiro de 1954, um protesto público dos militares contra o governo, em forma de manifesto à nação, seguido da demissão do ministro do trabalho João Goulart (Manifesto dos Coronéis ou Memorial dos Coronéis). Esse ato significou uma redução do apoio ao governo Getúlio na área militar e na área trabalhista, por conta da demissão de João Goulart.

Neste período, foram criados:

- em 1952, O BNDES, o Banco do Nordeste e o IBC (Instituto Brasileiro do Café), o qual foi extinto em 1990;
- em 1953, a Petrobras e a CACEX (carteira de comércio exterior), do Banco do Brasil;
- em 1954, o seguro agrário.

Em torno da criação da Petrobras, houve uma grande mobilização nacional conhecida como a campanha "O petróleo é nosso". Getúlio tentou, mas não conseguiu, criar a Eletrobrás, que só seria criada em 1961. Em 1954, entrou em

operação a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso I. Foi iniciada, ainda, a construção da Rodovia Fernão Dias ligando São Paulo a Belo Horizonte.

Em março de 1952, foi assinado um acordo de cooperação e ajuda militar entre o Brasil e os Estados Unidos. Este acordo vigorou de 1953 até 1977, quando o presidente Ernesto Geisel denunciou o mesmo.

4. A CRISE DE 1954 E AS INSTITUIÇÕES REPUBLICANAS

As contradições do início da década de 50 não demoraram muito a colocar o governo de Getúlio em crise. O ano de 1954 foi marcado pela derrocada do governo, que culminaria com o suicídio do presidente em 24 de agosto do mesmo ano. Em uma nova reformulação do ministério, Vargas nomeou para o Ministério da Guerra, no lugar do general Espírito Santo Cardoso – que estava desgastado após o manifesto dos coronéis, o general conservador Zenóbio da Costa. Mesmo assim, os conservadores criticavam os discursos nacionalistas em que Getúlio responsabilizava o capital estrangeiro pelos problemas econômicos que enfrentava. A oposição, capitaneada pelo deputado federal Carlos Lacerda, esperava um motivo mais contundente para obter o apoio das Forças Armadas, e minar de vez com a base já fragilizada do governo. É em função de uma ação criminoso que a oposição encontra este motivo.

Inimigo político de Getúlio Vargas, Carlos Lacerda foi o grande coordenador da oposição à campanha de Getúlio à presidência em 1950 e durante todo o mandato constitucional do presidente, até agosto de 1954. Uniu-se a militares golpistas e aos partidos oposicionistas (principalmente a UDN) num esforço conjunto para derrubar o presidente Vargas, através de acusações que publicava em seu jornal, Tribuna da Imprensa.

Em uma tentativa de assassinar Lacerda (o Atentado da Rua Tonelero), em 5 de agosto de 1954, vem a falecer em seu lugar o Major da Aeronáutica Rubens Vaz. Uma série de investigações levou os autores do crime à prisão, que confessaram o envolvimento do chefe da guarda pessoal de Vargas, Gregório Fortunato, e do irmão do presidente, Benjamim Vargas.

Apoiado pela Aeronáutica, o movimento pela renúncia de Vargas tomou proporções maiores, até a assinatura de um manifesto por 27 generais do Exército, exigindo a sua renúncia do presidente.

Vargas convocou, então, o Ministério na madrugada de 24 de Agosto (3 horas), concluindo-se que o melhor caminho era a renúncia. Havia, porém, dor no semblante de Vargas, que, intimamente, já havia encontrado outra solução. O suicídio se consumou às 8:35 min de 24 de agosto de 1954. Ele consternou profundamente a Nação que logo tomou conhecimento de uma carta-testamento; várias greves, paralisação de serviços, suspensão de aulas escolares, assalto à Embaixada norte-americana, no Rio de Janeiro, e o empastelamento do jornal O Globo consistiram o saldo desse dia. (FROTA, 2000:673)

Após a trágica decisão que põe fim ao governo de Getúlio, a presidência é ocupada pelo então vice-presidente Café Filho. Tendo apoiado a oposição nos últimos momentos, Café Filho, político do Rio Grande do Norte, compõem um ministério udenista e garante as eleições de 1955. Ocupa a presidência de 24 de Agosto de 1954 até 8 de Novembro de 1955.

Afastado temporariamente da presidência por motivo de saúde, Café Filho foi afastado definitivamente por um movimento político-militar liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, culminado no Movimento de 11 de Novembro de 1955, ante os indícios cada vez mais evidentes de que não defenderia a posse do candidato eleito à presidência (Juscelino Kubitschek).

Carlos Luz assume de 8 de Novembro de 1955 até 11 de Novembro de 1955, por ser presidente da Câmara dos Deputados, em função do afastamento do presidente Café Filho. Carlos Luz também foi afastado da função pelo Movimento de 11 de Novembro. A presidência foi, assim, entregue ao presidente do Senado Federal, Nereu Ramos, durante dois meses e 21 dias, de 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956, até a posse de Juscelino Kubitschek.

5. JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1961)

O mineiro Juscelino Kubitschek foi o candidato escolhido pelo PSD para disputar as eleições. A sua capacidade de aglutinar o PSD e o PTB, em função da vertente getulista que representava, foi a peça chave que garantiria a sua vitória nas

eleições, por uma pequena diferença em relação a João Goulart, que se tornaria o vice-presidente.

Um fator importante do governo de JK foi a manutenção do regime democrático e da estabilidade política, que gerou um clima de confiança e de esperança no futuro entre os brasileiros. Teve grande habilidade política para conciliar os diversos setores da sociedade brasileira. Segundo Boris Fausto, o seu governo representou mais do que isso, tendo sido:

(...) anos de otimismo, embalados por altos índices de crescimento econômico, pelo sonho realizado da construção de Brasília. Os 'cinquenta anos em cinco' da propaganda oficial repercutiram em amplas camadas da população. (FAUSTO, 2003: 422).

A construção da nova capital do país ficou a cargo do arquiteto Oscar Niemeyer, do urbanista Lúcio Costa e dos imigrantes nordestinos, chamados de "candangos". Este grande empreendimento não foi unanimidade na época, causando descontentamento entre o funcionalismo público do Rio de Janeiro, capital federal até então.

No plano político Juscelino manteve os sindicatos sob controle e construiu o lema "desenvolvimento e ordem". As insatisfações militares foram apaziguadas pela política de JK, que atendeu algumas das reivindicações das Forças Armadas, indicando militares para postos estratégicos em instituições como o Conselho Nacional do Petróleo e a própria Petrobrás. Seu principal apoio militar foi do general Lott, ministro da guerra durante grande parte dos cinco anos da presidência de Kubitschek.

No que diz respeito à economia, o governo JK adotou uma postura nacional-desenvolvimentista, focalizada em investimentos nos setores de indústrias de base, energia, transportes, educação, alimentação, energia, além da empreitada da construção de Brasília. Essa política formava o Programa de Metas do governo Juscelino.

O Programa de Metas fez com que a produção industrial entre 1955 e 1961 crescesse em cerca de 80%. Os principais setores responsáveis por este crescimento foram os de transporte, aço, indústria mecânica, eletricidade e comunicações. Os investimentos do nacional-desenvolvimentismo foram baseados na combinação entre o capital estatal, a empresa privada nacional e também o capital estrangeiro, política que seria adotada pelos governos pós-1964.

É forçoso ressaltar, contudo, que a estratégia desenvolvimentista do governo, a qual logrou dinamizar a economia, não aboliu a dependência tecnológica, pois as empresas recém-criadas importavam equipamentos, e nem extinguiu a dependência financeira, pois os lucros dessas empresas continuaram a ser enviados para o estrangeiro. Contudo, uma forte corrente política acreditava que a pobreza do Brasil podia ser resolvida com menor participação do setor agroexportador, intensificando-se a industrialização. (FROTA, 2000: 677)

Os investimentos realizados causaram grande déficit público, que foi aumentando progressivamente durante todo o período do governo Kubitschek.

Os problemas maiores se concentraram nas áreas interligadas do comércio exterior e das finanças do governo. Os gastos governamentais para sustentar o programa de industrialização e a construção de Brasília e um sério declínio dos termos de intercâmbio com o exterior resultaram em crescentes déficits do orçamento federal. (FAUSTO, 2003: 432)

Juscelino permitiu a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, a despeito do Plano de Metas. Isentou de impostos de importação as máquinas e equipamentos industriais, assim como os capitais externos, desde que associados ao dinheiro nacional ("capital associado"). Para ampliar o mercado interno, o plano ofereceu uma generosa política de crédito.

Promoveu a implantação da indústria automobilística, com a vinda de fábricas de automóveis para o Brasil, promoveu a indústria naval, a expansão da indústria pesada, a construção de usinas siderúrgicas e de usinas hidrelétricas, como Furnas e Três Marias. Abriu rodovias transregionais (Belém-Brasília e Regis Bittencourt ligando o Sudeste ao Sul do Brasil) e aumentou a produção de petróleo da Petrobras. Com exceção das hidrelétricas, Juscelino praticamente não criou nenhuma empresa estatal.

Os críticos de Juscelino Kubitschek frisam o fato de ele ter priorizado o transporte rodoviário em detrimento do ferroviário, devido à indústria automobilística, o que teria causado prejuízos ou isolamento de certas cidades. A opção pelas rodovias é considerada danosa aos interesses do país, que seria mais bem servido por uma rede ferroviária. JK criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE, para integrar a região ao mercado nacional.

Juscelino foi acusado diversas vezes de corrupção. As acusações vinham desde os tempos em que ele era governador, e se intensificaram no período em que ele foi presidente. As denúncias se multiplicaram por conta da construção de Brasília: havia

sérios indícios de superfaturamento das obras e favorecimento de empreiteiros ligados ao grupo político de Juscelino. Durante a campanha de sucessão presidencial, as denúncias de corrupção contra JK foram amplamente exploradas pelo candidato Jânio Quadros, que prometia "varrer a corrupção" do governo de JK.

6. O GOVERNO JÂNIO QUADROS (1961) E A CRISE DA COALIZÃO CONSERVADORA

As eleições presidenciais de 3 de outubro de 1960 viram a disputa entre o general Lott reeditar a aliança PSB e PTB, tendo João Goulart como candidato a vice, e o governador de São Paulo, Jânio Quadros, que saía com apoio de Lacerda pela legenda do pequeno PTN. A UDN acabou por apoiar Jânio e não lançou candidatura própria, apesar das propagandas polêmicas de Jânio que atraíam a população, ao mesmo tempo em que desprezavam as políticas partidárias.

Jânio Quadros recebeu, em Brasília, a faixa presidencial, no dia 31 de janeiro de 1961. Depositário de muita esperança instalou dois ministérios: Minas e Energia e Indústria e Comércio. Adotou logo uma política econômica austera, baixando a Instrução 204, que estabelecia a liberdade cambial e extinguiu os subsídios cambiais a importação de combustíveis, trigo, papel, etc. (FROTA,2000:679)

A candidatura de Jânio foi vitoriosa, alcançando 48% dos votos. A sua polêmica campanha eleitoral acabou revelando uma política repleta de incoerência e de atitudes descabidas. Contudo, não foram apenas as suas atitudes excêntricas que levaram seu governo ao fim com apenas sete meses. O presidente perdia sua base de apoio pela falta de atenção que demonstrava com a UDN, pela passagem de Lacerda para a oposição e pela força do PSD e PTB no Congresso. Para resolver os problemas herdados do governo JK, Jânio procurou estabilizar a economia, contendo os gastos públicos e a expansão monetária, e promovendo uma forte desvalorização cambial.

A sua postura independente e irresponsável em relação à política externa e a sua simpatia pela reforma agrária também causavam descontentamento dos demais setores políticos. Em seu governo, foram restabelecidas as relações diplomáticas com a URSS e com a China. Foi condenada a política norte-americana no isolamento de Cuba.

O estopim para a renúncia de Jânio se deu após um discurso de Lacerda, então governador da Guanabara, que pela rádio denunciava a articulação presidencial para um suposto golpe, orquestrado conjuntamente com Oscar Pedroso Horta, Ministro da Justiça da época. Mesmo negando a acusação, Jânio não suportou as pressões e no dia 25 de agosto de 1961 comunicou ao Congresso Nacional a decisão de renunciar ao cargo.

Especula-se que Jânio estava certo de que surgiriam fortes manifestações populares contra sua renúncia, com o apoio das Forças Armadas, o que lhe garantiria total liberdade de ação para prosseguir com suas reformas.

7. OS SINDICALISMOS URBANO E RURAL

Os movimentos sindicais viviam um período de crescimento, antes mesmo da crise que levou Jânio à renúncia. Pela instabilidade vivida pelo PCB, ora na legalidade, ora na ilegalidade, seus partidários encontraram no movimento sindical um campo fértil para trabalharem livremente e dentro da lei, buscando a ampliação da base da esquerda.

Impulsionados pelo crescimento urbano, pelas reais desigualdades sociais vividas pelos trabalhadores e pela industrialização iniciada na década de 1950, e ainda tendo como referência o modelo exportado por países comunistas, esses movimentos se radicalizaram a partir do momento que visualizaram a possibilidade de tomarem o poder, com a posse de um presidente simpático às ideias da esquerda.

Cresceu no meio sindical as reivindicações de caráter político mais amplo, fazendo com que as demandas especificamente operárias passassem para o segundo plano. Essa postura pode ser vista no quadro de alianças entre as direções sindicais e o governo João Goulart: uma vez que o crescimento dos movimentos grevistas pelo país concentrou-se no setor público, as greves tinham como objetivo principal acelerar as reformas pretendidas pelo governo.

Dessa forma, o Estado dissolvia-se numa vasta e intrincada trama de ligas, associações, federações e confederações dos mais diversos matizes. Visualizava-se o embrião da guerra revolucionária, com a especial característica de ter no governo da União a sua fonte propulsora e alimentadora primordial.

O movimento sindical de esquerda manifesta-se antes de Jango tomar posse, com a greve geral decretada pelos líderes sindicais em reação ao impasse criado pelos ministros militares à posse do vice-presidente, por ocasião da renúncia de Jânio. Com sua força, as ações sindicais, principalmente as greves, ampliaram a influência dos sindicatos nas grandes questões da política nacional. Isso fica evidente em alguns episódios de indicação de nomes para exercerem funções no governo, particularmente ligadas às áreas econômica e trabalhista, por pressão do Comando Nacional de Greve (CNG), logo transformado em Comando Geral de Greve (CGG).

As divergências levavam os sindicalistas urbanos a disputarem o poder tanto nos órgãos do sindicalismo oficial – como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI, como a organizar órgãos paralelos – como o então CGG. Em 1962, em São Paulo, o CGG transformou-se em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), congregando organizações oficiais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (CONTEC) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA), além de organizações paralelas, como a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e o Fórum Social de Debates (FSD).

O CGT, congregando em suas fileiras nomes expressivos do movimento sindical e lideranças infiltradas da esquerda, teve um papel relevante no governo Goulart. Um dos mais importantes deu-se durante a luta pela antecipação do plebiscito que decidiria pelo retorno ou não ao regime presidencialista. Em setembro de 1962, contando com o apoio de alguns militares, foi decretada greve geral que só foi suspensa após a aprovação da antecipação do plebiscito, pelo Congresso. Nesse mesmo mês, os principais líderes sindicais reuniram-se com o presidente para discutir a organização do novo gabinete provisório, que governaria até a realização do plebiscito em janeiro de 1963, mostrando a grande influência que o movimento exercia sobre o governo.

Goulart não conseguiu efetivar as almejadas reformas de base. O governo não contava com apoio do Congresso para realizar a reforma constitucional necessária à implementação do seu programa de reformas.

Além disso, a radicalização do movimento, sobretudo durante o período presidencialista, criou tensões com o próprio governo que buscava um novo equilíbrio de forças, patrocinando a formação de uma organização rival ao CGT, a União Sindical dos Trabalhadores. A demissão do ministro do Trabalho Almino Afonso, próximo dos líderes sindicais, também foi nessa mesma direção e desagradou o CGT.

Em 1964, com a radicalização política e o isolamento do presidente, o CGT ameaçou decretar uma greve geral com o objetivo de “defender as liberdades democráticas”. O movimento sindical organizado foi um dos responsáveis pelo grande comício popular realizado no dia 13 de março na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, anunciando as reformas de base se necessário pela força.

No meio rural, um dos principais movimentos foi a criação das Ligas Camponesas. Fundadas em 1945 em Pernambuco, foi com o advogado Francisco Julião que elas se expandiram por todo o país. Tendo sido durante décadas os maiores afetados pela política do desenvolvimentismo nacional e de abandono do meio rural, os camponeses, pequenos proprietários e arrendatários lutavam:

(...) contra a expulsão da terra, a elevação do preço dos arrendamentos, a prática do ‘cambão’, pela qual o colono – chamado no Nordeste de morador – deveria trabalhar um dia por semana de graça para o dono da terra. (FAUSTO, 2003:444)

O Partido Comunista Brasileiro era o núcleo dominante das decisões. O complexo subversivo abrangia grande número de organizações englobando, além do movimento sindical e das Ligas Camponesas, a Ação Popular e os Grupos dos Onze de Leonel Brizola. Os Grupos dos Onze eram elementos de combate, como fora preconizado por Lenin, destinados a ações armadas de toda natureza. O que se desejava era a criação de um "Exército Popular", capaz de neutralizar as Forças Armadas.

8. JOÃO GOULART (1961-1964)

As políticas de Jango (João Goulart) mostraram-se de caráter dúbio, mesmo antes de sua posse. No momento da renúncia de Jânio, Jango estava em visita à China, país comunista. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli,

assumiu o governo provisoriamente. Foi então aberta uma disputa entre setores militares que apoiavam ou não apoiavam a posse do vice-presidente. O apoio mais contundente à tomada de posse se deu no Rio Grande do Sul, tendo como lideranças o então governador Leonel Brizola, cunhado de Jango, e o comandante do III Exército, general Machado Lopes.

Assim, houve por bem o Congresso, de acordo com o parecer do Deputado Oliveira Brito, promulgar a Emenda Constitucional nº 4 (02.09.1961) à Constituição, criando o parlamentarismo, com isso resolvendo-se o impasse: assumiria João Goulart a Presidência como chefe de Estado, mas o governo seria exercido por um primeiro-ministro, sob a vigilância do Parlamento. (FROTA, 2000: 697-698)

O movimento de resistência dividiu as Forças Armadas, impedindo uma ação militar conjunta contra os legalistas. No Congresso Nacional, os líderes políticos negociaram uma saída para a crise institucional. A solução encontrada foi o estabelecimento do regime parlamentarista de governo, que vigorou por dois anos (1961-1962), reduzindo os poderes constitucionais de Jango. Com essa medida, os três ministros militares aceitaram o retorno e posse de Jango. Em 5 de setembro Jango retorna ao Brasil, e é empossado em 7 de setembro.

O artifício parlamentarista só serviu para deixar o país à deriva, pois Jango dedicava todo o seu tempo ao objetivo de restabelecer o presidencialismo em seu governo. A situação política do País agrava-se. No Sul, Brizola pregava abertamente o golpe, sob a alegação de que o Congresso não deixaria o Presidente realizar as prometidas reformas, especialmente a reforma agrária. Ele queria que Goulart rompesse com o Congresso, assumisse de fato e de direito todos os poderes e se movesse à margem da Constituição, para realizar as reformas de base.

A agitação em favor de um plebiscito para a restauração do presidencialismo chegou ao auge no fim de julho de 1962, por ocasião de um desentendimento entre o Presidente e o Congresso que, contra a vontade de Goulart, aprovara o nome do Senador Auro de Moura Andrade para o cargo de Primeiro-Ministro, por 222 votos contra 51. O Presidente convocou o movimento sindical e as esquerdas para pressionarem o Congresso com demonstrações de força. Imediatamente, começaram as depredações e saques em todo o país, principalmente no Rio de Janeiro, onde o movimento sindical era mais forte.

Em 1963, as contradições se ampliam após a vitória do presidencialismo em um plebiscito que restituiu a plenitude do poder político de João Goulart como chefe do governo.

Às mobilizações sociais já indicadas somava-se também o movimento estudantil, fortemente infiltrado pelo movimento de esquerda e que radicalizava suas propostas, intervindo diretamente no jogo político por meio da União Nacional dos Estudantes – UNE, com objetivo de alcançar transformações sociais mais profundas.

Desde o início de seu mandato, Jango não dispunha de base de apoio parlamentar para aprovar com facilidade seus projetos políticos, econômicos e sociais. Assim, a estabilidade governamental foi comprometida. Como saída para resolver os frequentes impasses surgidos pela ausência de apoio político no Congresso Nacional, Jango adotou uma estratégia típica do período populista: recorreu à permanente mobilização das classes populares a fim de obter apoio social ao seu governo. Foi uma forma precária de assegurar a governabilidade, pois limitava ou impedia a adoção por parte do governo de medidas antipopulares, ao mesmo tempo em que seria necessário o atendimento das demandas dos grupos sociais que o apoiavam. Um episódio que ilustra de forma notável esse tipo de estratégia política ocorreu quando o governo criou uma lei implantando o 13º salário. O Congresso não a aprovou. Em seguida, líderes sindicais ligados ao governo mobilizaram os trabalhadores que entraram em greve e pressionaram os parlamentares a aprovarem a lei.

8.1 AS CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA ECONÔMICA

Durante a fase parlamentarista, o Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica foi ocupado por Celso Furtado, que elaborou o chamado Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. O objetivo do Plano Trienal era combater a inflação a partir de uma política de estabilização que demandava, entre outras coisas, a contenção salarial e o controle do déficit público.

Com o presidencialismo, as dificuldades de Jango na área da governabilidade se tornaram mais graves. A busca de apoio social junto às classes populares levou o governo a se aproximar do movimento sindical e dos setores que representavam as correntes e ideias nacional-reformistas. O governo abandonou o programa de austeridade econômica, concedendo reajustes salariais para o funcionalismo público

e aumentando o salário mínimo acima da taxa pré-fixada. Ao mesmo tempo, o governo tentava obter o apoio de setores da direita realizando sucessivas reformas ministeriais e oferecendo os cargos a pessoas com influência e respaldo junto ao empresariado nacional e os investidores estrangeiros.

8.2 POLARIZAÇÃO DIREITA-ESQUERDA

Ao longo do ano de 1963, o país foi palco de agitações sociais que polarizaram as correntes de pensamento de direita e esquerda em torno da condução da política governamental. Em 1964, a instabilidade política agravou-se. O descontentamento do empresariado nacional e das classes dominantes como um todo se acentuou. Por outro lado, os movimentos sindicais e populares pressionavam para que o governo implementasse reformas sociais e econômicas que os beneficiassem. Atos públicos e manifestações de apoio e oposição ao governo eclodem por todo o país.

Em 13 de março, ocorreu o comício da estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro, que reuniu 300 mil trabalhadores em apoio a Jango. Uma semana depois, as elites rurais, a burguesia industrial e setores conservadores da Igreja realizaram em São Paulo a "Marcha da Família com Deus e pela Liberdade", considerado o ápice do movimento de oposição ao governo.

As Forças Armadas também foram influenciadas pela polarização ideológica vivenciada pela sociedade brasileira naquela conjuntura política, ocasionando rompimento da hierarquia devido à sublevação de setores subalternos. Os estudiosos do tema assinalam que a quebra de hierarquia dentro das Forças Armadas foi o principal fator que ocasionou o afastamento dos militares legalistas que deixaram de apoiar o governo de Jango, facilitando a sua deposição.

Como exemplo dessa polarização, podemos citar a Revolta dos Marinheiros realizada no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, em 25 de março de 1964, e o seu desfecho final contrário à disciplina e, mais tarde, o comparecimento do presidente a uma assembleia que reuniu cerca de dois mil sargentos, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, em 30 de março de 1964. Nessa ocasião, ouviu passivamente, em companhia de alguns chefes militares, os discursos inflamados de praças, que atentavam contra a hierarquia e a disciplina militar.

9. A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE EM FACE À GUERRA FRIA

O período aqui tratado, em relação à política externa, foi marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e pela Guerra Fria. As relações de poder internacionais se modificaram, passando a vigorar a bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética.

A América Latina foi palco da disputa periférica de poder entre as duas superpotências. Tal verdade marca a alternância de regimes políticos em diversos países, particularmente na América do Sul, quando algumas tentativas de aproximação com o eixo comunista foram frustradas pela intervenção dos EUA. A proximidade física com os EUA e a influência que um país latino-americano poderia exercer nos Estados Unidos, caso consolidasse um regime de esquerda, pareciam inadmissíveis para a política norte-americana (ver o caso de Cuba). Tal posicionamento justificaria as diversas participações dos EUA em golpes de direita na América Latina.

A América Latina passou a ser, para os Estados Unidos, uma área estratégica, tendo em vista a importância para a questão da sua segurança e economia. As relações entre os países latino-americanos e os Estados Unidos passaram, então, a se subordinar a este novo contexto. Especialmente após a Revolução Cubana, tornou-se importante para os Estados Unidos definir o continente americano como sua área de influência, de modo a afastar o crescimento de movimentos socialistas da região. De acordo com Oliveira (2005: 60):

No pós-guerra, a expectativa dos países latino-americanos era de ampliação dos laços de solidariedade, tanto no plano político quanto no econômico, em função da aproximação crescente a partir dos anos 1930 e, principalmente, em virtude da colaboração efetiva ao esforço de guerra norte-americano. Note que a guerra e a exclusão de concorrentes no plano das relações econômicas transformaram os Estados Unidos no mais importante mercado tanto para as exportações e importações latino-americanas.

Em 1948 foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA), um organismo regional de cooperação entre os países americanos. Esse organismo viria a consolidar a aspiração americana em resolver seus conflitos sem a interferência de nações de fora do continente. Foi, por conta disso, um ambiente propício para o protagonismo da única potência nas Américas.

No pós-guerra, o governo brasileiro esperava que a aproximação com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial trouxesse um relacionamento diferenciado e um consequente alinhamento automático. Durante o Estado Novo, esse alinhamento se dava como uma das estratégias da política externa de Vargas. No governo Dutra, o alinhamento era o próprio objetivo da política externa (OLIVEIRA, 2005: 64).

Getúlio Vargas assumiu seu segundo governo (1950-1954) definindo que as relações internacionais deveriam facilitar o desenvolvimento econômico do país e que as relações Brasil – Estados Unidos deveriam se pautar em uma “maior cooperação econômica”, sem que se caracterizasse como uma relação de subserviência (Id. Ibid.: 67).

Em 1952, Brasil e Estados Unidos assinaram um acordo de assistência militar recíproca. Os Estados Unidos tinham a intenção de que o Brasil pudesse participar das operações de guerra na Coreia, enquanto ao Brasil interessava o treinamento e transferência de tecnologia militar. Os Estados Unidos impuseram uma separação entre os acordos militares e a esfera econômica ou a contrapartida financeira. Isso fez com que no Brasil se discutisse questões relacionadas com alinhamento e nacionalismo. “Assim, o tema dominante nas políticas externas de Dutra e Vargas foi o da participação do capital norte-americano no processo de desenvolvimento nacional” (Id. Ibid: 71).

No governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), a política externa foi marcada pela Operação Pan-Americana (OPA), criada em 1958, que seria:

(...) uma nova tentativa de vinculação mais íntima com os Estados Unidos, em uma tática multilateral com a inclusão da América Latina no projeto. Esquemática e sucintamente, a OPA visava atrair os Estados Unidos a participar do processo de reversão do quadro de subdesenvolvimento regional, enquanto fonte de investimento, de tecnologia e igualmente de mercado. (Id. Ibid: 73)

A Operação Pan-Americana trouxe à tona algumas inovações, entre as quais se destacam:

- a) o papel exercido pelos Estados Unidos nos processos de desenvolvimento da América Latina;
- b) a associação entre o desenvolvimento e segurança; e
- c) a perspectiva multilateral. (OLIVEIRA, 2005: 82)

Para que tomasse forma o Plano de Metas de JK, era imprescindível a entrada de capital estrangeiro no país, o que de fato ocorreu com a instalação de

empresas estrangeiras e a transferência de tecnologias. Isto se deveu ao desenvolvimentismo proposto e às facilidades legais que o Brasil oferecia, mas também à concorrência internacional.

JK entendia que os países latino-americanos deveriam se unir em prol da superação do subdesenvolvimento político e econômico e entendia que o pan-americanismo que os norte-americanos propunham, como mecanismo de garantir sua hegemonia no continente, serviria também como um instrumento importante para o alcance dessa união. No entanto, “como a OPA não conseguiu viabilizar a participação norte-americana no processo de desenvolvimento brasileiro, cristalizou-se a percepção de que a manutenção do ideário de uma relação especial com os Estados Unidos era totalmente inviável” (Id. Ibd.: 88).

A partir de então, começou a se visualizar no País a adoção de uma “Política Externa Independente (PEI)”, de modo que o Brasil se liberasse da influência norte-americana, para buscar maior inserção internacional. No entanto, a perspectiva de uma política externa independente “(...) apresentava-se muito mais como uma intenção, um discurso, que atingiria sua maior capacidade de ação e implementação no Governo do general Geisel, na metade dos anos 1970” (Id. Ibd.).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 660 p.

FROTA, Guilherme Andrea. **500 anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 2000. 736 p.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Do Contexto sub-regional a Constituição do Sistema interamericano. In:_____. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 55-72.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. A Operação Panamericana e a Política Externa Independente. In:_____. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 73-105.